

**Sérgio Gilberto Porto**  
**Guilherme Athayde Porto**

*Lições sobre*  
**TEORIAS DO PROCESSO**  
**— CIVIL E CONSTITUCIONAL —**



*livraria //*  
**DO ADVOGADO**  
*// editora*

Porto Alegre, 2013

*Conselho Editorial*

André Luís Callegari  
Carlos Alberto Alvaro de Oliveira  
Carlos Alberto Molinaro  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
Jose Luis Bolzan de Moraes  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira

---

P853l Porto, Sérgio Gilberto.

Lições sobre teorias do processo: civil e constitucional / Sérgio Gilberto Porto, Guilherme Athayde Porto. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

212 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7348-863-0

1. Direito processual. 2. Direito material. 3. Jurisdição voluntária. 4. Jurisdição contenciosa. 5. Atos processuais. 6. Sentenças (Direito processual). 7. Coisa julgada. 8. Brasil. Ministério Público. I. Porto. Guilherme Athayde. II. Título.

CDU 347.9

CDD 347.05

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual 347.9

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo CRB 10/1507)

# Sumário

<b>1. Nota inicial</b> .....	15
<b>2. Fases evolutivo-metodológicas do Processo Civil, como pressuposto histórico para a compreensão da estrutura contemporânea</b> .....	17
2.1. Praxismo .....	17
2.2. Processualismo.....	18
2.3. Instrumentalidade.....	19
2.4. Instrumentalidade constitucional.....	20
<b>3. Processo e Direito Material</b> .....	23
3.1. Sobre a distinção entre relação jurídica de Direito Material e relação jurídica de Direito Processual.....	23
3.2. Ainda sobre a Ação de Direito Material, direito subjetivo e pretensão.....	24
3.2.1. Ação de direito material.....	24
3.2.2. Direito subjetivo.....	25
3.2.3. Pretensão e exercício de pretensão material.....	26
<b>4. Jurisdição civil</b> .....	29
4.1. Conceito e compreensão.....	29
4.2. Espécies clássicas de jurisdição: contenciosa e voluntária.....	33
4.3. Jurisdição voluntária.....	33
<b>5. “Ação” (demanda)</b> .....	39
5.1 Conceito e compreensão.....	39
5.2. Teoria civilista (clássica ou imanentista).....	40
5.3. A conhecida polêmica entre Windscheid e Muther.....	42
5.4. Teoria concreta (ou potestativa).....	44
5.5. Teoria abstrata.....	47
5.6. Teoria eclética.....	49
<b>6. Pressupostos processuais</b> .....	52
6.1. Compreensão inicial.....	52
6.2. Espécies.....	53
6.2.1. Pressuposto de existência.....	53
6.2.2. Pressupostos de validade.....	54
6.2.3. Pressupostos negativos.....	54

<b>7. Princípios endoprocessuais</b> .....	56
7.1. A ideia de princípio.....	56
7.2. Princípio dispositivo.....	57
7.3. Princípio da demanda.....	59
7.4. Princípio da oralidade.....	60
7.5. Princípio da imediatidade.....	61
7.6. Princípio da identidade física.....	62
7.7. Princípio da concentração dos atos.....	63
7.8. Princípio do livre convencimento motivado.....	63
7.9. Princípio da bilateralidade da audiência.....	64
7.10. Princípio da economia processual.....	65
<b>8. Competência</b> .....	67
8.1. Competência internacional.....	67
8.2. Competência interna.....	68
8.2.1. Compreensão inicial.....	68
8.2.2. Critério objetivo.....	69
8.2.2.1. Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ).....	69
8.2.2.2. Competência em razão do valor.....	70
8.2.3. Critério territorial.....	71
8.2.3.1. Competência em razão do território ( <i>ratione loci</i> ).....	71
8.2.4. Critério funcional.....	72
8.2.4.1. Competência em razão da função do julgador.....	72
8.3. Incompetência absoluta e relativa.....	73
8.4. Modificação da competência.....	75
8.4.1. Conexão.....	75
8.4.2. Continência.....	76
8.4.3. Foro de eleição.....	77
8.4.4. Prevenção.....	78
<b>9. Atos processuais</b> .....	79
9.1. Atos das partes.....	80
9.1.1. Atos postulatórios.....	80
9.1.2. Atos instrutórios.....	80
9.1.3. Atos dispositivos.....	81
9.2. Atos do Ministério Público.....	81
9.3. Atos do juiz.....	81
9.3.1. Sentença.....	81
9.3.2. Decisão interlocutória.....	84
9.3.3. Despacho.....	85
9.4. Atos dos auxiliares do juízo.....	85
9.4.1. Atos de movimentação.....	85
9.4.2. Atos de documentação.....	85

9.4.3. Atos de comunicação .....	86
9.4.4. Atos de execução .....	86
<b>10. Do tempo e prazos dos atos processuais .....</b>	<b>87</b>
10.1. Espécies de prazos processuais .....	89
10.1.1. Quanto à origem .....	89
10.1.1.1. Legais .....	89
10.1.1.2. Judiciais .....	89
10.1.2. Quanto à alterabilidade .....	89
10.1.2.1. Dilatórios .....	89
10.1.2.2. Peremptórios .....	90
10.2. Curso e contagem dos prazos .....	90
10.2.1. Quebra da continuidade .....	90
10.2.2.1. Interrupção .....	90
10.2.2.2. Suspensão .....	90
10.3. Início e fim de prazo .....	91
10.4. Feriado .....	91
10.5. Publicação eletrônica .....	91
10.6. Prazos beneficiados .....	92
<b>11. O Ministério Público .....</b>	<b>94</b>
11.1. Antecedentes necessários à compreensão da atividade do Ministério Público na sociedade contemporânea .....	94
11.2. Ministério Público em sentido estrito .....	96
11.3. Instituição permanente .....	97
11.4. Essencial à função jurisdicional do Estado .....	97
11.5. Defesa da ordem jurídica .....	99
11.6. Defesa do regime democrático .....	100
11.7. Defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis .....	102
11.8. Atuação e intervenção do Ministério Público no processo não criminal .....	104
11.8.1. Considerações gerais .....	104
11.8.2. Órgão agente .....	105
11.8.3. Parte <i>pro populo</i> .....	107
11.8.4. Substituto processual .....	107
11.8.5. Órgão interveniente .....	109
11.8.6. Ministério Público, interesse público, natureza da lide e qualidade da parte .....	111
<b>12. Invalidades processuais .....</b>	<b>114</b>
12.1. Observação preliminar .....	114
12.2. Princípios .....	115
12.2.1. Princípio da relevância das formas .....	115
12.2.2. Princípio da causalidade .....	116
12.2.3. Princípio da finalidade (ou do prejuízo) .....	116
12.3. Espécies de invalidades processuais .....	117

12.3.1. Inexistência .....	118
12.3.2. Nulidade absoluta .....	119
12.3.3. Nulidade relativa.....	120
12.3.5. Irregularidade.....	120
<b>13. Processo e procedimento .....</b>	<b>122</b>
13.1. Tipos de processos.....	122
13.1.1. Processo de Conhecimento (Livro I, CPC).....	122
13.1.2. Processo de Execução (Livro II, CPC).....	123
13.1.3. Processo Cautelar (Livro III, CPC).....	123
13.2. Procedimentos.....	124
13.3. Procedimentos especiais.....	125
<b>14. Elementos identificadores das demandas individuais.....</b>	<b>127</b>
14.1. Partes.....	128
14.2. Pedido.....	130
14.3. Causa de pedir.....	132
<b>15. Sobre os requisitos e eficácias das sentenças.....</b>	<b>135</b>
15.1. Os requisitos essenciais das sentenças.....	135
15.2. Preponderância e multiplicidade das cargas de eficácias das sentenças.....	137
15.3. A efetividade do processo como decorrência do adequado domínio e uso da classificação das sentenças quanto às cargas de eficácias.....	138
<b>16. Coisa julgada.....</b>	<b>141</b>
16.1. Fundamento jurídico (justificativa e compreensão).....	141
16.2. Definição.....	143
16.3. Como autoridade.....	145
16.4. Como eficácia.....	147
16.5. Coisa julgada formal.....	148
16.6. Coisa julgada material.....	151
16.7. A dupla função da coisa julgada.....	153
<b>17. A cognição no Processo Civil.....</b>	<b>156</b>
17.1. Espécies de cognição.....	157
17.2. A técnica de sumarização da cognição.....	158
<b>18. Temas contemporâneos do Direito Processual.....</b>	<b>161</b>
18.1. A superação da ideia de teoria-geral no processo judicial.....	161
18.2. Teoria e conteúdo do Devido Processo Constitucional.....	165
18.2.1. O conteúdo processual da Constituição Federal.....	166
18.2.2. As garantias constitucional-processuais como direito-fim.....	168
18.2.2.1. As garantias constitucional-processuais e sua posição na ordem jurídica.....	168
18.2.2.2. Exegese das garantias constitucional-processuais.....	170
18.2.2.2.1. Publicidade dos atos processuais (arts. 5º, LX, e 93, IX, CF).....	170

18.2.2.2.2. Isonomia processual (art. 5º, <i>caput</i> , CF)...	172
18.2.2.2.3. Motivação das decisões judiciais (art. 93, IX, CF).....	174
18.2.2.2.4. Contraditório (art. 5º, LV, CF).....	176
18.2.2.2.5. Inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário de lesão ou ameaça de direito (art. 5º, XXXV, CF).....	178
18.2.2.2.6. Acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, CF).....	179
18.2.2.2.7. Proibição da obtenção de prova por meio ilícito (art. 5º, LVI, CF).....	181
18.2.2.2.8. Coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF).....	185
18.2.2.2.9. Juiz e promotor natural (art. 5º, LIII, CF). ....	186
18.2.2.2.10. Duração razoável do Processo (art. 5º, LXXVIII, CF).....	188
18.2.2.2.11. Devido processo constitucional (art. 5º, LIV, CF).....	190
18.3. Identificação de algumas garantias constitucional-processuais implícitas..	193
18.4. A relativização de garantias constitucional-processuais.....	197
18.5. Bosquejo sobre o processo constitucional como direito-meio.....	205
18.6. Relações do macrossistema processual-constitucional com os microsistemas processuais.....	206
<b>Bibliografia</b> .....	208